

Período em que houve greves nas Universidades Federais desde 1985 até 2007

ANO	PERÍODO	DIAS PARADOS	EIXO
1985	19.08 a 14.10.1985		
1987	23.03 a 04.05.1987		
1987	06 a 28.07.1987		
1988	25.11.88 a 11.01.1989		
1989	04.05 a 05.07.1989		
1990	11.09 a 12.10.1990		
1991	05.06 a 25.08.1991		
1992	13.05 a 06.07.1992		
1993	13.05 a 06.06.1993		
1994	19.04. a 09.06.1994		
1995	09.05. a 02.06.1995		
1996	16.04. a 20.05.1996		Em Defesa do Serviço Público: Contra as Reformas de FHC e pela Reposição Salarial
1998	14.04. a 06.07.1998		Greve da Educação: Autonomia Universitária
2000	10.05. a 11.08.2000		Reajuste Salarial, Carreira e Emprego
2001	25.07. a 20.10.2001		Reposição Salarial/Autonomia com Democracia/PCU/Defesa dos HU's e Contra Projeto de Lei do MEC (GDAE)
2003	08.07 a 01.09.2003		Contra a Reforma da Previdência
2004	23.06. a 07.09.2004	77	Pelo Cumprimento do Termo de Compromisso assumido pelo Governo, com o envio do Projeto de Lei da Carreira, autorizado pelo movimento.
2005	17.08 a 30.11.2005	106	<p>I – Garantia de Recursos Orçamentários no Orçamento de 2006, para:</p> <p>a) Implantação da 2ª. Etapa da Carreira;</p> <p>b) Níveis de Capacitação;</p> <p>c) Racionalização dos Cargos.</p> <p>II – Resolução Imediata do VBC (Vencimento Básico Complementar)</p> <p>III- Atendimento da Pauta Específica de reivindicações protocolada no MEC no tocante aos benefícios:</p> <p>- Auxílio à Saúde;</p> <p>- Reajuste do Vale Alimentação;</p> <p>- Parcelamento das férias e demais itens da</p>

			pauta.
2007	28.05 a	04.09	<p>“Os trabalhadores técnico-administrativos em Plenária Nacional Estatutária realizada nos dias 04 e 05 de maio, após uma profunda reflexão acerca de questões conjunturais e setoriais consideram:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ainda nos faltam elementos concretos que possam apresentar para a categoria, uma disposição do governo, com cronograma, na resolução do eixo protocolado no Ministério, em particular, no tocante aos encaminhamentos dos GT’s VBC/Evolução da Tabela e GT – Benefícios. 2. Os esforços reiterados da FASUBRA em debater a “crise” dos HU’s, do ponto de vista do seu financiamento. 3. A proposição desse Ministério, de transformar os HU’s, ou setores da saúde em Fundação Estatal. 4. A inexistência da institucionalização de um espaço formal de debate, envolvendo os trabalhadores(as) técnico-administrativos, docentes, estudantes, reitores e gestores dos HU’s, para trabalhar globalmente e conceitualmente a análise acerca do: <ol style="list-style-type: none"> 1. Papel dos HU’s; 2. Avaliação das atuais funções desenvolvidas pelos HU’s onde, em vários casos, tem uma predominância na Assistência a demanda reprimida do SUS; 3. Financiamento dos HU’s; 4. Privatização dos HU’s: através das Fundações de Apoio e dos Serviços Terceirizados; 5. Controle Social e; 6. O modelo de HU’s. <p>Cabe ainda incorporar neste rol de elementos, os itens do Termo de Acordo firmado em 2004, que assegura:</p> <p><u>“Considerando que esta etapa de negociação apontou para a necessidade da</u></p>

		<p><u>continuidade deste processo até a implantação final do Projeto</u></p> <p><i>“A implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, a partir de 2005, não implica em vedação à utilização de recursos para antecipar o cronograma de reestruturação da carreira e a ajustes remuneratórios nos anos de 2005 e 2006”.</i></p> <p>Destacamos ainda um elemento fundamental que justifica a necessidade da construção de uma Agenda Positiva de Negociação com esse Ministério, a participação do MPOG, que é o triste indicador de que, apesar dos recursos disponibilizados através da implantação da Carreira, que respeita uma parte importante do Termo de Acordo firmado em 2004, ainda continuamos sendo a categoria com o menor piso salarial e menor valores de benefícios (Auxílio Alimentação) do Serviço Público, além de não termos a garantia de recursos para a implantação do Plano de Saúde Complementar”. (OF. 121/07-SEC).</p>
--	--	---

Fonte: Fasubra